

ROUSSEAU & ROUSSEAU NA EDUCAÇÃO: DO *EMÍLIO* À OBRA *A AIA VIGILANTE*, DE JOANNA ROUSSEAU DE VILLENEUVE ¹

ROUSSEAU & ROUSSEAU IN EDUCATION: FROM ÉMILE TO A AIA VIGILANTE BY JOANNA ROUSSEAU DE VILLENEUVE

WILSON ALVES DE PAIVA
Doutor em Filosofia da Educação, UFG
scriswap@ufg.br

RESUMO

O sobrenome *Rousseau* não era tão incomum no século XVIII, mas é invariavelmente ligado ao filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cuja produção em vários campos, como na música, na política, na literatura e na educação, suscitou polêmicas por seu posicionamento inovador e, em muitos aspectos, distinto de seus colegas iluministas e demais intelectuais de seu tempo. Seu tratado educacional *Emílio ou da Educação*, publicado pela primeira vez em 1762, fez sucesso, mas foi condenado pelas autoridades por apresentar uma nova perspectiva para a formação humana. Inegavelmente, seu romance pedagógico fez história e influenciou uma corrente de pedagogos que desenvolveram o que foi chamado de Escola Ativa ou Escola Nova. Entretanto, a assinatura Rousseau também pertenceu a outra importante figura do século XVIII que, igualmente, provocou polêmica ao apresentar um tratado de educação com o título: *A Aia Vigilante*, publicado em 1767. Trata-se da francesa Joanna Rousseau de Villeneuve, da qual não se tem muitas informações, mas que residiu em Portugal e atuou como aia dos filhos do Conde de Oeiras, o qual se tornou depois o Marquês de Pombal. Nesse aspecto, algumas questões foram levantadas: qual a relação entre os dois autores? Qual a influência que teve Jean-Jacques Rousseau sobre o pensamento e a obra de Joana Rousseau de Villeneuve? Quais as proximidades e diferenças entre os dois tratados? E qual a importância de *A Aia Vigilante* para a educação moderna? Para tentar responder a essas questões, a presente apresentação oral resume o processo de investigação, vinculado ao projeto de pesquisa “Os filhos de Rousseau (os não abandonados): A influência de Jean-Jacques Rousseau na Educação Nova”, do PPGE/FE/UFG. A pesquisa se desenvolve de modo comparativo entre as duas obras, utilizando-se do método hermenêutico, reforçado pela pesquisa bibliográfica de textos dos comentadores e intérpretes de ambos. Sinalizam-se algumas conclusões, como a de que, mesmo influenciada pelo genebrino, a educadora francesa não inovou tanto, embora tenha causado polêmica em seu tempo, mas mais por sua condição de mulher que por suas afirmações.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau. Joanna Rousseau de Villeneuve. Emílio. Educação no século XVIII.

ABSTRACT

The surname Rousseau was not uncommon in the 18th century, but it is invariably linked to the Genevan philosopher Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), whose production in various fields—such as music, politics, literature, and education—sparked controversies due to his innovative stance, which was in many ways distinct from his Enlightenment colleagues and other intellectuals of his time. His educational treatise, *Émile, or On Education*, first published in 1762, was a success but was condemned by authorities for presenting a new perspective on human formation. Undeniably, his pedagogical novel made history and influenced a current of educators who developed what was called the Active School or New Education. However, the signature Rousseau also belonged to another

¹ Recebido em 14/09/2025. Aprovado em 13/10/2025.



important 18th-century figure who, equally, caused controversy by presenting an educational treatise titled *A Aia Vigilante* (The Vigilant Governess), published in 1767. This was the Frenchwoman Joanna Rousseau de Villeneuve, of whom not much information is available, but who resided in Portugal and served as governess to the children of the Count of Oeiras, who later became the Marquis of Pombal. In this regard, several questions were raised: What is the relationship between the two authors? What influence did Jean-Jacques Rousseau have on the thought and work of Joanna Rousseau de Villeneuve? What are the similarities and differences between the two treatises? And what is the importance of *A Aia Vigilante* for modern education? To attempt to answer these questions, the present oral presentation summarizes the research process, linked to the project "The Children of Rousseau (the non-abandoned): The Influence of Jean-Jacques Rousseau on the New Education," of the PPGE/FE/UFG. The research develops a comparative approach between the two works, utilizing the hermeneutic method, supported by bibliographic research of texts by commentators and interpreters of both. Some conclusions are signaled, such as the fact that, although influenced by the Genevan, the French educator did not innovate as much, even though she caused controversy in her time, but more for her status as a woman than for her claims.

Keywords: Jean-Jacques Rousseau. Joanna Rousseau de Villeneuve. *Émile*. 18th-Century Education.

1. INTRODUÇÃO

O título deste trabalho conduz-nos, de início, a uma consideração introdutória: a reflexão acerca da infância e da educação adquire contornos particularmente instigantes quando analisada à luz de dois autores que, embora homônimos, pertencem a contextos históricos e culturais distintos e oferecem contribuições singulares ao desenvolvimento do pensamento pedagógico. De um lado, encontra-se a amplamente reconhecida obra de Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), cuja produção pedagógica exerceu profundo impacto sobre o debate educacional do século XVIII. O filósofo genebrino, especialmente por meio de seu romance pedagógico *Émile, ou De l'éducation*, publicado em 1762, suscitou intensas reações e polêmicas, sendo alvo de condenação pública tanto pelo bispo de Paris quanto pelas autoridades de sua cidade natal, Genebra, em virtude do caráter inovador e, por vezes, provocador de suas teses. De outro, apresenta-se Joanna Rousseau de Villeneuve (1685–1755), escritora e educadora francesa radicada em Lisboa, cuja trajetória não gerou controvérsias de igual magnitude, mas que legou uma certa contribuição ao campo educacional. É autora do tratado *A Aia Vigilante, ou reflexões sobre a educação dos meninos desde a infância até a adolescência*, publicado em Portugal em 1767 e editado apenas uma vez, obra na qual propõe orientações práticas e reflexões sistematizadas sobre o processo formativo desde os primeiros anos de vida até a juventude.²

² Santos (2018, p. 229) informa: "O livrinho só teve uma edição, o que não se estranha. Com o afastamento do Marquês do governo, na sequência da morte de D. José, em 1777, e da Viradeira, muitas publicações por ele apoiadas ou a ele dedicadas foram esquecidas".

Não há muitos dados biográficos de D. Joanna Rousseau, mas ao consultar o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Innocência Francisco da Silva (1883), a informação é que ela era francesa e exerceu na capital portuguesa a função de mestra de meninas nobres, tendo sido também empregada na educação da prole de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o conde, e depois marquês de Pombal, conhecido ministro de D. José I que expulsou os jesuítas dos domínios portugueses, em 1759. Por isso que a obra *A Aia Vigilante* foi dedicada à condessa de Oeyras, esposa de Pombal, em cuja criação dos filhos a autora diz ter se inspirado. A escassez de dados não se explica pela invisibilidade imposta às mulheres, como salienta Santos (2018), mas à condição de modéstia que se exigia das aias e governantas.

2. SOBRE A AIA VIGILANTE E OS PLÁGIOS DO EMÍLIO

Escrito em português, o texto de Joanna Rousseau de Villeneuve se direciona aos pais de família e apresenta exemplos práticos e reflexões sobre a educação dos meninos. A obra obteve um certo reconhecimento por parte da sociedade portuguesa, tendo sido elogiada pelo arcebispo de Évora,³ além de ser considerada pelos censores do Santo Ofício como um “livrinho verdadeiramente de ouro” (Villeneuve, 1767, p. 11) e uma obra de “suma utilidade” (Idem, p. 18), que promovia a educação do homem para viver de forma virtuosa na vida social. É óbvio que a dedicação à condessa uma ajuda para a liberação por parte do Santo Ofício. Embora não haja registros específicos de que *A Aia Vigilante* tenha sido trazida por Mariana de Verna⁴ para a corte do Rio, é plausível que a aia do jovem imperador (D. Pedro II) tenha se baseado em obras pedagógicas contemporâneas, como essa, para orientar sua educação.

Quanto às fontes, D. Joanna de Villeneuve não cita Rousseau, nem o *Emílio*, mas diz ter-se inspirado em obras já existentes, como os textos de John Locke (1632-1704) e o tratado de educação de Charles Rollin (1661-1741). No entanto, as afirmações que aparecem ao longo da obra se aproximam muito mais das reflexões rousseauianas que propriamente de Locke ou de Rollin. Embora não se possa negar a influência desses autores, como, por exemplo nas partes em que a autora enfatiza a importância da formação do caráter moral e da capacidade racional da criança, princípios centrais no pensamento de Locke, que via a educação como

³ *Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas*, ou simplesmente Manuel do Cenáculo, nascido Manuel de Vilas-Boas Anes de Carvalho (1724-1814): religioso franciscano, Bispo de Beja e Arcebispo de Évora.

⁴ *Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho*, Condessa de Belmonte (1779-1855) foi camareira-mor na época do Primeiro Reinado do Império do Brasil. Foi a responsável pelos estudos iniciais de D. Pedro II, considerada como uma segunda mãe pelos filhos de D. Pedro I.

fundamental para o desenvolvimento de um indivíduo virtuoso e cidadão responsável. Joanna Rousseau ecoa a concepção lockeana de que o ambiente educacional deve ser protegido e propício para o crescimento natural da criança, respeitando seus ritmos e fases de desenvolvimento, e promovendo uma educação gradual, adaptada à idade e às necessidades individuais. Para ambos, a mente da criança é uma *tabula rasa* que deve ser moldada cuidadosamente por estímulos adequados e progressivos. E, por fim, ela concorda com Locke na crítica ao uso excessivo da severidade e punição, defendendo uma educação baseada na persuasão e no exemplo, para estimular a vontade e a autodisciplina da criança, evitando danos físicos e psicológicos, embora o castigo não seja descartado.

Praticamente as mesmas ideias estão presentes na obra de Charles Rollin, enfatizando que a educação deve formar não apenas o intelecto, mas sobretudo o caráter e as virtudes morais da criança. Ambos valorizam o papel do educador como modelo para a criança, que deve inspirar respeito não apenas por imposição, mas pela autoridade moral conquistada pelo exemplo e pela coerência entre palavras e ações. Apesar disso, em vários detalhes ela demonstra que tinha bom conhecimento da obra *Emílio ou da educação*, ao reproduzir as ideias ali contidas. Aliás, há vários trechos de *A Aia Vigilante* que são verdadeiros plágios da obra de Rousseau. Logo no início suas reflexões lembram as recomendações que aparecem no *Emílio* sobre a liberdade da criança, bem como o ato de deixá-la sob os efeitos da natureza, a recomendação de D. Joanna Rousseau não é menos estoica (Villeneuve, p. 9):

Mais me criminarão de áspera, vendo-me recomendar com tanta ancia [que] se contrarie os appetites das crianças; se não affaguem, nem amimem com demazia; que de inverno não as agazalhem excessivamente; que as lavem a miúdo em agua fria na estação mais rigorosa; que as deixem andar à chuva, ao Sol, etc.

Mais à frente ela vai afirmar: “Exercitem-se pois as crianças aos contratempos, a que algum dia poderão estar sujeitas. Endureça-lhes o corpo às intemperanças das estações, e dos elementos, à fome, à sede e ao trabalho” (P. 52). No Segundo Livro do *Emílio* o preceptor proporciona uma experiência semelhante, uma vez que submete seu aluno a jogos noturnos que, além de impulsionar seus sentidos, preparam-no para contratempos e as intempéries da natureza. Diz o preceptor (Rousseau, 1973, p. 139): “Importa que a pele se enrijeça às impressões do ar e possa desafiar suas alterações”. E completa: “Que Emílio corra todas as manhãs descalço, em qualquer estação, pelo quarto, pelas escadas, pelo jardim” (Id. Ibid.).

Igualmente, ambos autores concordam quanto à questão do choro. A criança tem o choro como única linguagem para se exprimir. Assim as primeiras lágrimas são súplicas, mas, segundo a autora, se não tiver cuidado, podem se tornar ordens. Diz ela: “A Ama, certificada da saúde do menino, se não advertir atenta em reprimir aqueles primeiros impulsos da

impaciência; o menino contrairá um hábito difícil de desarraigar por esse descuido” (p. 3). Mais à frente ela vai afirmar: “Quando as crianças choram, é fácil distinguir o motivo das suas lágrimas. Se choram para alcançar alguma coisa, que apeteçerão, ou se lhes nega, é teima, é impaciência. Essas lágrimas devem ser reprimidas com severidade” (p. 62). O que se aproxima do que Rousseau adverte no Livro I do *Emílio*: “As longas choradeiras da criança que não está enfaixada nem doente, e à qual não deixam faltar nada, não passam de choro de hábito ou de obstinação” (Rousseau, 1973, p. 52). E completa: “Não são obra da natureza e sim da ama que, por não saber suportar a maçada, a multiplica, sem pensar que fazendo a criança calar hoje e excita a chorar mais amanhã” (Id. Ibid.).

Outro tema que aproxima os dois autores é o papel, ou importância, da aia, como figura de uma preceptora virtuosa, sábia e que proporciona, como Jean-Jacques, o preceptor de Emílio, todas as situações didático-pedagógicas para o bom desenvolvimento da aprendizagem da criança. Tudo isso com base em um conjunto de procedimento práticos e não com lições verbais. Diz a autora: “não é com discursos eloquentes, e frases elegantes, que se educa um menino” (p. 37). O que reverbera a fala de Rousseau, no *Emílio*:

Não deis a vosso aluno nenhuma espécie de lição verbal; só da experiência ele as deve receber; não lhe infligis nenhuma espécie de castigo, pois ele não sabe o que seja cometer uma falta; não lhe façais nunca pedir perdão, porquanto não pode ofender-vos. (Rousseau, 1973, p. 78).

Até porque, para ambos, são as sensações os primeiros materiais para o conhecimento e, portanto, dependem dos objetos, isto é, das “coisas” com seu mestre principal. A autora não usa o termo “mestre” para as coisas, como Rousseau o faz no início do *Emílio*, elencando os três mestres: natureza, homens e coisas. Mas ela salienta a importância do tato, ao dizer: “tudo quer tocar, apalpar, mexer: esta inquietação tão própria de sua idade, não deve achar algum obstáculo (...). Com esse prático ensino vai crescendo o menino, e desenvolvendo-se imperceptivelmente seu entendimento” (p. 39-40).

Embora a autora não cite a fonte, várias partes de sua obra são claramente plagiadas de Rousseau, quando não cópias *ipsis litteris* do *Emílio*. Vejamos alguns exemplos: Diz ela (p. 38): “No princípio da vida, em que a memória e a imaginação se acham inativas, o menino não considera com atenção mais que o que move atualmente seus delicados sentidos; e assim, sendo as suas sensações os primeiros materiais para seu conhecimento”. Comparemos com a citação do *Emílio*: “No princípio da vida, quando a memória e a imaginação são ainda inativas, a criança só presta atenção àquilo que afeta seus sentidos no momento; sendo suas sensações o primeiro material de seus conhecimentos” (Rousseau, 1973, p. 44). Outra frase copiada é a afirmação de D. Joanna Rousseau que diz: “Pelo sensível efeito dos sinais que as

crianças avaliam seu sentido” (p. 65). Em Rousseau a frase é: “É pelo efeito sensível dos sinais que as crianças aferem seu sentido” (Rousseau, 1973, p. 58).

Ao longo de *A Aia Vigilante*, outras ideias gerais semelhantes aparecem de um modo ou de outro, seja de forma parafraseada ou plagiada. Por exemplo, Joanna de Villeneuve fala da razão sensitiva no mesmo sentido que Rousseau ao dizer: “Os primeiros mestres de uma criança são os pés, as mãos, os olhos: substituir-lhe livros, não será ensinar-lhe a arrazoar, será ensinar-lhe a crer tudo cegamente, e a não saber coisa alguma” (Villeneuve, 1767, p. 104). No *Emílio* o trecho é semelhante: “Nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. Substituir tudo isso por livros, não é ensinar-nos a raciocinar, é ensinar-nos a nos servirmos da razão de outrem; é ensinar-nos a acreditarmos muito e a nunca sabermos coisa alguma” (Rousseau, 1973, p. 121).

Como Rousseau, D. Joanna deixa claro a importância do exemplo, e não das palavras: “Falai com o exemplo, pois nada faz mais impressão nas crianças, como ainda nos homens” (p. 72) - que é algo que aparece ao longo do texto do *Emílio*. Ainda que diz ter-se inspirado em John Locke, cujos discursos educacionais primam pelo desenvolvimento da razão, a autora vai no mesmo caminho de Rousseau ao dizer: “Não vos aconselho que arrazoeis com o vosso discípulo, porque além de perderes o tempo, incapaz de reflexão, estará distraído, ou não vos compreenderá” (p. 73). Rousseau, por sua vez, faz uma crítica declarada ao filósofo inglês, dizendo: “Raciocinar com as crianças era a grande máxima de Locke; é a que está mais em voga hoje; seu êxito não me parece entretanto muito de molde a justificar-lhe o crédito” (Rousseau, 1973, p. 74).

E, nesse aspecto, outro trecho plagiado é o seguinte: “De todas as faculdades do homem a razão, que podemos considerar como um composto de todas as mais, é a que se desenvolve mais dificilmente, e mais tarde (...). Arrazoar pois com as crianças é começar pelo fim, e querer fazer da obra o instrumento” (p. 75). Comparemos como *Emílio*: “De todas as faculdades do homem, a razão, que não é, por assim dizer, senão um composto de todas as outras, é a que se desenvolve mais dificilmente e mais tarde”(…) pretende-se educar uma criança pela razão! É começar pelo fim, é querer fazer o instrumento com a obra” (Rousseau, 1973, p. 74).

Ao falar do medo do escuro e da necessidade de exercitar a criança contra ele, D. Joanna copia os jogos noturno de Rousseau, descritos no Segundo Livro do *Emílio*. O genebrino argumenta que: “A noite atemoriza naturalmente os homens e por vezes os animais. As razões, os conhecimentos, a coragem libertam poucas pessoas desse tributo” (Rousseau,

1973, p. 132). Em a *Aia Vigilante*, a autora transcreve o trecho *ipsis litteris*: “A noite atemoriza naturalmente o homem, e algumas vezes até os animais. A razão, o conhecimento, o espírito, e ainda o valor, livram poucas pessoas deste tributo” (Villeneuve, 1767, p. 81). E segue, repetindo Rousseau, dizendo que a causa desse medo é natural, e, portanto, recomenda que se acostume a criança à ideia de que as trevas são tão somente a falta de luz, a fim de evitar o hábito do medo, alimentado por histórias de fantasmas, monstros e etc. Por fim, ela repete Rousseau ao dizer: “O único hábito, que se possa deixar tomar as crianças, é de não contrair nenhum” (p. 84). Ou seja, cópia da frase que aparece no *Emílio*: “O único hábito que se deve deixar a criança adquirir é o de não contrair nenhum” (Rousseau, 1973, p. 43).

D. Joanna Rousseau deixa claro também que é importante condenar o luxo, reprimir as paixões para que se evite problemas futuros; para tanto, é primordial estudar o coração humano a fim de compreendê-lo; algo que deve ser feito desde o nascimento da criança. Aliás, como diz ela: “Pais, se quereis desempenhar esse precioso título, ocupai-vos na educação de vossos filhos, muito antes de serem nascidos” (Villeneuve, 1767, p. 56). Mesmo as ideias práticas se aproximam, uma vez que em ambos vemos a importância das brincadeiras e da liberdade que deve ser dada às crianças. Diz ela: “Esta consiste em permitir-lhe, no descanso, e divertimento uma inteira liberdade de brincarem como quiserem, pois sendo indubitável que o divertimento, e brincos pueris são não menos necessários à constituição daquela idade” (p. 61). No *Emílio* a ideia é repetida em diversos lugares, a exemplo da frase: “estar à vontade e livre é sempre seu desejo” (p. 123);

Sobre os castigos, a autora afirma:

Algumas vezes he castigada, antes que possa conhecer, o que seja culpa, antes mesmo que possa cometer. Desta sorte se vão introduzindo em seu coração ainda tenro as paixões, que ao depois se imputarão à natureza; e tendo-a feito viciosa, queixam-se de a acharem tal” (Idem, p. 27).

Ainda outro trecho plagiado é o seguinte:

Se quereis cultivar a inteligência do vosso discípulo, cultivai as forças, que ele deve governar: exercitai continuamente seu corpo, fazei-o robusto, e sadio, para o fazeres sábio, e racional. Trabalhe, mova-se, corra, grite, agite-se. Seja homem pelo vigor, e brevemente o será pela razão (Villeneuve, 1767, p. 101).

Comparemos com o trecho do *Emílio*:

Quereis cultivar a inteligência de vosso aluno, então cultivai as forças que ela deve governar; tornai-o robusto e são para torná-lo bem comportado e razoável; que trabalhe, que aja, que corra e grite, que esteja sempre em movimento; que seja homem pelo vigor e em breve ele o será pela razão (Rousseau, 1973, p. 111).

E ela continua copiando o genebrino por longos trechos, como este: “É erro grosseiro o persuadir-se, que o exercício do corpo seja nocivo à operação do espírito, como se estas duas ações não devessem caminhar acordes, e uma dirigir sempre a outra” (Villeneuve, 1767,

p. 101). O que é cópia fidedigna do trecho do *Emílio*: “É um erro lamentável imaginar que o exercício do corpo prejudique as operações do espírito: como se essas duas ações não deversem andar de acordo, e que uma não devesse sempre dirigir a outra” (Rousseau, 1973, p. 112).

O que intensifica à medida que a obra vai chegando ao seu fim. Ela ainda diz: “Nunca se ofereça à sua vontade indiscreta, senão obstáculos físicos, ou castigos que nasçam das mesmas ações, para que deles se lembre na ocasião” (Villeneuve, 1767, p. 120). Comparemos ao *Emílio* (Rousseau, 1973, p. 69): “Não ofereçais jamais a suas vontades indiscretas senão obstáculos físicos ou castigos que nasçam das próprias ações e de que ela se lembre oportunamente”.

Outros tantos trechos semelhantes poderiam ser citados, mas o tempo e o espaço não nos permitem. Neste ponto, vale salientar que há alguns pontos divergentes, como o caso da obediência. Enquanto Jean-Jacques, o preceptor de Emílio, tudo faz para que sua autoridade seja camuflada e o aluno imagine ser o mestre das situações, a aia vigilante tudo faz para mostrar sua autoridade, considerando a obediência a base da educação. Diz a autora (p. 89) que sem ela é “impossível estabelecer princípio algum no espírito do menino”. E um desses princípios é o respeito aos mais velhos. Diz ela: (p. 92): “Não se permita que ordene altiva; afável peça: agradeça cortez”.

Diante do flagrante plágio, o que poderia ser considerado como original na *Aia Vigilante*? A autora reproduz a perspectiva em voga na educação, que era o de vigiar e aplicar a punição como corretivo no processo educacional, e nada oferece de novo, a não ser a própria audácia de escrever sobre o tema, algo incomum para uma mulher, nessa época, uma vez que todos os autores de obras semelhantes eram homens. Como afirmam Vasconcelos e Francisco (2021, p. 243):

Assim, o livro de Joanna Rousseau de Villeneuve (1767) é bastante incomum, tanto por ser uma publicação portuguesa feminina sobre a atuação das aias ou governantas, quanto por se tratar da preceptora de uma das mais ilustres famílias de Portugal, além de ter resistido à censura a que estava submetida toda publicação impressa no Reino naquela época.

No entanto, sua obra reforça a ideia da autoridade dos pais e a modelação do comportamento para uma “boa criação” perante a sociedade, uma vez que a moral cristã aparece como pano de fundo da obra. Para atingir o intento, até o castigo disciplinar pode ser utilizado, tendo em vista a necessidade de desenvolver na criança a mansidão, a modéstia e a obediência, a qual, segundo ela, é a base de toda educação. Na página 62, ela diz: “Não falei até agora da obediência, ainda que esta seja a base de toda educação, e sem ela impossível

estabelecer princípio algum no espírito do menino”. No entanto ela adverte que o excesso de rigor, assim como o de indulgência, deve ser evitado, pois, mesmo que não haja risco imediato à vida, a negligência diante do sofrimento das crianças pode comprometer sua saúde.

Entretanto, em diversos aspectos pouco diverge D. Joanna Rousseau de Jean-Jacques Rousseau. É claro e evidente que ela leu o tratado educacional de Jean-Jacques Rousseau e bem conhecia suas ideias. Por que, então, afirmar que se baseou apenas em Locke e Rollin e deixar de mencionar a obra educacional mais significativa do século XVIII? Talvez, como observa Santos (2018, p. 225), tenha tentado agradar seu patrão, uma vez que ambos filósofos eram “pensadores da estima ideológica do Conde de Oeiras”. No entanto, a resposta mais provável é que a autora evitava os olhares dos censores, uma vez que o *Emílio ou da educação* havia sido condenado em praça pública e queimado pelo bispo de Paris. No que também Santos (idem) concorda, pois ela afirma que: “se evitou mencioná-lo não foi certamente por evitar a discordância, pois a introdução de uma argumentação discordante demarcaria melhor o seu pensamento”; e completa: “talvez, sim, por cumprimento da intenção censória de silenciar a sua doutrina e ignorar a sua existência, riscando-lhe o nome no quadro referencial da pedagogia” (p. 226). O que nos leva a interrogar se os trechos plagiados, sobretudo as transposições *ipsis litteris*, tratavam-se de uma apropriação indevida e uma clara desonestidade intelectual, ou de um subterfúgio para apresentar as ideias de Rousseau de como incógnito, repassando-as sem, necessariamente, ter que indicar a referência – proibida pela mesa censitária. Afinal, no campo pedagógico e filosófico do século XVIII, o plágio era entendido mais como um desvio de conduta moral e intelectual do que como uma infração legal formalmente regulada, como é hoje. Diversas obras sobre educação frequentemente se inspiravam, adaptavam ou traduziam textos anteriores, às vezes sem menção explícita às fontes. Isso ocorria porque a circulação do saber era entendida como parte de um patrimônio comum da humanidade, especialmente quando se tratava de temas morais e de formação do espírito.

Nesse contexto, vale salientar também que a prática de compilar, resumir e reescrever ideias alheias não era necessariamente considerada plágio, desde que houvesse reelaboração significativa. Isso aconteceu com o próprio Rousseau, quando reelabora algumas questões desenvolvidas por John Locke e outros tantos autores. Equivoca-se Jean Joseph Cajot, autor do livro *Les Plagiats de M. J. J. R. de Geneve, sur l'Éducation*, publicada em 1766, alega que Rousseau não foi original em suas concepções pedagógicas, e sim um “camaleão” a copiar os princípios de Platão, Plutarco, Quintilianus, Montaigne, Locke, etc. A obra se trata mais de

um panfleto crítico e acusatório, cuja intenção era minar a reputação intelectual de Rousseau, argumentando que parte das ideias presentes em *Émile* não seriam fruto de criação genuína, mas derivadas de autores consagrados. Ora, Rousseau reconhecia sua dívida com pensadores citados, e a obra *Émile* pode ser vista como uma reinterpretação e atualização das ideias pedagógicas anteriores, organizada sob sua visão filosófica particular.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, Joanna Rousseau de Villeneuve de fato leu a obra pedagógica de Jean-Jacques e, como demonstrado, inspirou-se nela para escrever seu tratado, não evitando, inclusive, copiar trechos do *Emílio*. No entanto, não apenas evitou citar a fonte, como evitou os assuntos mais filosóficos que estão contidos no tratado rousseauiano. Eis porque na *Aia Vigilante* não se encontram temas polêmicos, como a ideia de religião natural, a qual levou o *Emílio* à condenação. Nesse quesito, a autora prefere seguir o curso da religiosidade em voga, divergindo de Rousseau, e indicar que a aia fale de Deus, que reze com a criança e lhe ensine o culto para em que tudo seja obediente e devoto – nada mais próprio para uma sociedade na qual a influência da Igreja ainda se fazia forte, apesar do iluminismo de Pombal. Ao fazer isso e, ao mesmo tempo, dedicar sua obra à esposa do conde de Oeiras, D. Joanna agradava a gregos e a troianos, sem deixar de lado as ideias que herdou de Rousseau, mesmo que não o tenha citado)

REFERÊNCIAS

- CAJOT, Jean Joseph. **Les Plagiats de M. J. J. R. de Geneve, sur l'Éducation**. Paris: Chez Durand, 1766.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: DIFEL, 1973.
- SANTOS, Maria Teresa. Educar os filhos de alguns. A teoria educativa de Locke na prática de Joanna Rousseau de Villeneuve. In: BORGES-DUARTE, Irene. **Fios de memória: Liber amicorum para Fernanda Henriques**. Lisboa: Humus, 2018.
- SILVA, Innocência Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Portuguez de Estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil**. Tomo X, 3º do suplemento. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves e FRANCISCO Ana Cristina B. López M. Aias, governantas e preceptoras: mulheres com a atribuição de educar. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 239-256, jul./set. 2021.
- VILLENEUVE, Joanna Rousseau de. **A Aia Vigilante, ou reflexões sobre a educação dos meninos desde a infância até a adolescência**. Lisboa: Officina de Antonio Vicente dad Silva, 1767.